



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2013
(do Sr. Fernando Franciscini)

Requer sejam convocados a Exma. Senhora Ministra de Estado Chefe da Casa Civil Gleisi Hoffmann e o Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional – GSI da Presidência da República, General-de-Exército José Elito Carvalho Siqueira, a fim de prestar os esclarecimentos necessários sobre a nomeação do Sr. Eduardo Gaievski, bem como a condução do próprio Sr. Eduardo Gaievski caso esteja encarcerado.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa. com base no art. 50 da Constituição Federal e nos termos do art. 219 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias à convocação da Exma. Senhora Ministra de Estado Chefe da Casa Civil Gleisi Hoffmann e do Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional – GSI da Presidência da República, General-de-Exército José Elito Carvalho Siqueira, a fim de prestar os esclarecimentos necessários sobre a nomeação do Sr. Eduardo Gaievski, bem como a condução do próprio Sr. Eduardo Gaievski caso esteja encarcerado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

JUSTIFICAÇÃO

Mais um escândalo vem à tona para abalar as bases do executivo Federal. Dessa vez, o problema vem de dentro da Casa Civil, pasta comandada pela Ministra Gleisi Hoffmann.

Assim é o que denota o site <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/justica-decreta-prisao-preventiva-de-assessor-do-palacio-do-planalto>, ao publicar matéria intitulada **Justiça decreta prisão preventiva de Assessor do Palácio do Planalto**. Vejamos abaixo a íntegra da matéria:

Justiça decreta prisão preventiva de assessor do Palácio do Planalto

Lotado na Casa Civil , o petista Eduardo Gaievski é investigado por estupro de menores

Hugo Marques



A presidente Dilma Rousseff, o ex-prefeito de Realeza Eduardo Gaievski e a ministra Gleisi Hoffmann: assessor da Casa Civil, ele teve prisão preventiva decretada (Divulgação)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

A Justiça de Realeza, no Paraná, decretou hoje a prisão preventiva do assessor especial da Casa Civil da Presidência da República Eduardo André Gaievski, do PT. Ex-prefeito de Realeza, no Paraná, ele é investigado por estupro de vulneráveis. Um inquérito que tramita em segredo no fórum da cidade reuniu depoimentos de supostas vítimas. Segundo os relatos, o então prefeito oferecia dinheiro a meninas pobres em troca de sexo.

“Eu tinha 13 anos de idade e o prefeito foi me buscar no colégio para levar para o motel”, diz J. S., uma das vítimas, que hoje está com 17 anos. O prefeito, segundo os relatos, aliciava as garotas usando mulheres mais velhas para convencê-las a manter relações com ele.

“A gente era ameaçada para não contar nada a ninguém”, diz A.F., que tinha 14 anos quando foi levada ao motel Jet’aime pelo prefeito três vezes, recebendo entre 150 e 200 reais cada uma delas.

P.B., outra suposta vítima, contou que saiu com o prefeito três vezes em troca de um emprego na prefeitura. “Hoje tenho depressão e vivo a base de remédios”, conta a moça, que está com 22 anos. “Quando ele enjoou de mim, fui demitida.”

Eduardo Gaievski foi prefeito por dois mandatos, entre 2005 e 2012. Em janeiro, a convite da ministra Gleisi Hoffmann, ele assumiu o cargo de assessor especial do ministério, encarregado de coordenar programas sociais importantes, como o de combate ao crack e o de construção de creches. Seu gabinete fica no quarto andar do Palácio do Planalto.

O assessor nega todas as acusações. Segundo ele, as denúncias foram armadas por adversários políticos que teriam interesse em prejudicar a ministra Gleisi. “Nego tudo isso e sei que vou provar minha inocência”, disse ele. Gaievski alega que o processo é retaliação de integrantes do Ministério Público do Paraná que teriam sido denunciados por ele quando era prefeito de Realeza.

A matéria traz à tona um fato que precisa ser esclarecido junto à Ministra Gleisi. Como um homem que já está a 03 (três) anos respondendo a processo criminal pelo crime de estupro foi nomeado para trabalhar naquele Ministério? Será que houve um parecer do Gabinete de Segurança Institucional –



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

GSI para isso? A Ministra teve conhecimento dos processos respondidos pelo Sr. Eduardo Gaievski e ainda assim o contratou?

Não bastassem os processos respondidos e a súbita nomeação de um ex Prefeito que está respondendo a processo criminal por estupro, pasmem, foi ainda indicado pela Ministra a coordenar programas sociais de suma importância para a população, como o de combate ao crack e o de construção de creches, tratando diretamente com jovens e crianças, mesmo sabendo da possível condição de estuprador. Ora, isso é inaceitável, deixar um possível criminoso coordenar programas sociais diretamente ligados a jovens e crianças, sendo réu em processo criminal de estupro.

Será que a Ministra tinha conhecimento de todos esses fatos e ainda assim topou a nomeação do rapaz?

Isso é o que podemos considerar de nomeação IMORAL.

Em uma segunda reportagem, onde a Ministra se diz chocada com a condição de seu comandado figurar como réu em processo de estupro. A reportagem foi extraída do Blog da Jornalista Joice Hasselman. Vejamos abaixo a íntegra dessa matéria:

“Fiquei chocada com a notícia”, diz Gleisi sobre Gaievski

27 de agosto de 2013

Ouçã a entrevista exclusiva na íntegra

A Ministra Chefe da Casa Civil Gleisi Hoffmann se disse absolutamente chocada com a notícia de que o ex-assessor dela, Eduardo Gaievski, é acusado de estupro de vulneráveis, numa história que ganhou dimensões enormes no noticiário político. Eu conversei com ela durante uma entrevista **exclusiva** por telefone. A Ministra, que está na China, falou pela primeira vez sobre o caso.

Gleisi disse que não tinha qualquer conhecimento das acusações que pesam sobre Gaievski. “Eu estava em viagem a China. Havia muito pouca informação. Ele pediu exoneração e eu aceitei. Fiquei chocada, abismada. Esse é um crime muito grave, muito cruel, que deixa marca. Fico pensando na dor dessas meninas, no sofrimento delas”, disse a Ministra.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

Também questionei a Ministra sobre o fato de Gaievski ter sido nomeado assessor da Casa Civil e permanecido no cargo mesmo com as investigações que já duram mais de três anos e também porque nem mesmo a ABIN (Agência Brasileira de Inteligência) repassou informações tão graves à ela ou à presidência. Gleisi explicou que a ficha dele chegou a ser levantada na época da nomeação, mas que nada constou porque o caso seguia em segredo de justiça. “Nós temos uma prática no governo federal que antes de contratar fazemos uma consulta. Nós consultamos a ABIN, poder judiciário, cartórios e todos os órgãos necessários. Pedimos certidão negativa. Não existia nada sobre esse processo em relação ao Eduardo Gaievski”, disse Gleisi que se mostrou preocupada com a vulnerabilidade do sistema de segurança. “Quando eu soube que não constava nada sobre ele por ser segredo de justiça eu fiquei preocupada. Isso é um alerta. Precisamos criar um mecanismo para verificar se existem outras situações semelhantes e que medidas nós podemos tomar para que não aconteçam situações como essa”.



A Ministra também explicou porque Gaievski foi escolhido para ser assessor da Casa Civil.

Conforme explicações prévias da Ministra, podemos concluir uma possível falha da GSI, vez que nem mesmo a ABIN alertou para a condição de réu do nomeado. Daí a necessidade de convocação do Ministro Chefe do GSI.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

Necessária também é a condução do Sr. Eduardo Gaievski para dar melhor norte aos esclarecimentos da Sra. Ministra, caso esteja encarcerado, sendo conduzido sob escolta da Polícia Federal a este colegiado.

Diante do retro exposto, rogo aos nobres pares o apoio necessário à aprovação desse requerimento, que nada mais é que o cumprimento de nossas obrigações constitucionais e fiscalizadora dos atos do poder executivo.

Sala das Sessões, em de de 2013

Deputado FERNANDO FRANCISCHINI